



Estratégia
CONCURSOS

2º SIMULADO ESTILO FGV

TJ-CE

**TÉCNICO JUDICIÁRIO
(ÁREA JUDICIÁRIA)**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Simulado Especial

Simulado TJ CE – Técnico Área Judiciária

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ CE;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos previstos no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TJ-CE-Técnico-Judiciário-10-08>

01 – (A) (B) (C) (D) (E)
02 – (A) (B) (C) (D) (E)
03 – (A) (B) (C) (D) (E)
04 – (A) (B) (C) (D) (E)
05 – (A) (B) (C) (D) (E)
06 – (A) (B) (C) (D) (E)
07 – (A) (B) (C) (D) (E)
08 – (A) (B) (C) (D) (E)
09 – (A) (B) (C) (D) (E)
10 – (A) (B) (C) (D) (E)
11 – (A) (B) (C) (D) (E)
12 – (A) (B) (C) (D) (E)
13 – (A) (B) (C) (D) (E)
14 – (A) (B) (C) (D) (E)
15 – (A) (B) (C) (D) (E)
16 – (A) (B) (C) (D) (E)
17 – (A) (B) (C) (D) (E)
18 – (A) (B) (C) (D) (E)
19 – (A) (B) (C) (D) (E)
20 – (A) (B) (C) (D) (E)
21 – (A) (B) (C) (D) (E)
22 – (A) (B) (C) (D) (E)
23 – (A) (B) (C) (D) (E)
24 – (A) (B) (C) (D) (E)

25 – (A) (B) (C) (D) (E)
26 – (A) (B) (C) (D) (E)
27 – (A) (B) (C) (D) (E)
28 – (A) (B) (C) (D) (E)
29 – (A) (B) (C) (D) (E)
30 – (A) (B) (C) (D) (E)
31 – (A) (B) (C) (D) (E)
32 – (A) (B) (C) (D) (E)
33 – (A) (B) (C) (D) (E)
34 – (A) (B) (C) (D) (E)
35 – (A) (B) (C) (D) (E)
36 – (A) (B) (C) (D) (E)
37 – (A) (B) (C) (D) (E)
38 – (A) (B) (C) (D) (E)
39 – (A) (B) (C) (D) (E)
40 – (A) (B) (C) (D) (E)
41 – (A) (B) (C) (D) (E)
42 – (A) (B) (C) (D) (E)
43 – (A) (B) (C) (D) (E)
44 – (A) (B) (C) (D) (E)
45 – (A) (B) (C) (D) (E)
46 – (A) (B) (C) (D) (E)
47 – (A) (B) (C) (D) (E)
48 – (A) (B) (C) (D) (E)

49 – (A) (B) (C) (D) (E)
50 – (A) (B) (C) (D) (E)
51 – (A) (B) (C) (D) (E)
52 – (A) (B) (C) (D) (E)
53 – (A) (B) (C) (D) (E)
54 – (A) (B) (C) (D) (E)
55 – (A) (B) (C) (D) (E)
56 – (A) (B) (C) (D) (E)
57 – (A) (B) (C) (D) (E)
58 – (A) (B) (C) (D) (E)
59 – (A) (B) (C) (D) (E)
60 – (A) (B) (C) (D) (E)
61 – (A) (B) (C) (D) (E)
62 – (A) (B) (C) (D) (E)
63 – (A) (B) (C) (D) (E)
64 – (A) (B) (C) (D) (E)
65 – (A) (B) (C) (D) (E)
66 – (A) (B) (C) (D) (E)
67 – (A) (B) (C) (D) (E)
68 – (A) (B) (C) (D) (E)
69 – (A) (B) (C) (D) (E)
70 – (A) (B) (C) (D) (E)

PORTUGUÊS

01. Analise a charge abaixo e indique a alternativa **incorreta**.



- a) O texto é híbrido de linguagem verbal e não verbal.
- b) A grafia das falas foi adaptada para reproduzir uma pronúncia fiel.
- c) Verifica-se ambiguidade proposital.
- d) Utiliza-se recurso sonoro na construção do texto.
- e) As duas ocorrências da palavra "podê" pertencem à mesma classe.

02. Infere-se da mensagem proposta na charge que

- a) existe desigualdade entre negros e brancos
- b) a prisão de menores leva em consideração o poder aquisitivo
- c) os jovens armados é que deverão ser presos
- d) menores armados não devem ser presos
- e) a redução da maioria penal reduz a violência

03. "só os dimenó podê aquisitivo"
O vocábulo "só" foi utilizado com sentido de restrição, embora possa trazer variados usos e classificações. Assinale a alternativa abaixo em que ocorre o mesmo tipo de emprego da palavra "só".

- a) A polícia só persegue aqueles de menor poder aquisitivo.
- b) Só aqueles menores de menor poder aquisitivo serão perseguidos.
- c) O menor está só na luta contra o sistema.
- d) A polícia persegue menores só de menor poder aquisitivo.
- e) Os menores só serão perseguidos pela polícia.

**04. Avião cai em cima de casa na Rússia e deixa quatro pessoas feridas
Acidente ocorreu na Chechênia, nesta terça (16).
Não há registro de mortos.**

Um pequeno avião privado caiu, nesta terça-feira (16), em cima de uma casa na região da Chechênia, na Rússia, e

deixou quatro pessoas feridas, incluindo o piloto, informou a agência de notícias russa Tass. Não há registro de mortos. De acordo com o serviço de emergência russo, não houve incêndio e não se sabe o motivo do acidente.

Sobre a notícia acima, assinale a alternativa em que os termos indicados possuem a mesma função sintática.

- a) nesta terça-feira/registro de mortos
- b) Um pequeno avião privado/o motivo do acidente
- c) incêndio/a agência de notícias Russas Tass
- d) feridas/ De acordo com o serviço de emergência russo
- e) em cima de uma casa na região da Chechênia / o piloto

05. Uma das marcas do discurso jornalístico é a impessoalidade.

Assinale a opção que, ao contrário, mostra traços de pessoalidade.

- a) Tornou-se comum haver assaltos nos semáforos.
- b) Sabe-se que o custo de vida em cidades periféricas tende a ser menor.
- c) A noção de que a polícia é toda corrupta tem sido difundida.
- d) É fato notório que nós, os policiais, ganhamos pouco.
- e) Ouve-se falar de operações policiais diariamente

O que é Genocídio:

Genocídio significa a exterminação sistemática de pessoas tendo como principal motivação as diferenças de nacionalidade, raça, religião e, principalmente, diferenças étnicas. É uma prática que visa eliminar minorias étnicas em determinada região.

A palavra genocídio é derivada do grego "genos" que significa "raça", "tribo" ou "nação" e do termo de raiz latina "-cida" que significa "matar". O termo foi criado por Raphael Lemkin, um judeu polaco, jurista e que foi conselheiro no Departamento de Guerra dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. A tentativa de extermínio total do povo judeu pelos nazistas (Holocausto) foi um motivo forte que levou Lemkin a lutar por leis que punissem a prática de genocídio. A palavra passou a ser usada após 1944.

06. Sobre os sentidos e estruturas do texto acima, assinale a alternativa incorreta.

- a) a palavra "exterminação" poderia ser substituída por "extermínio", pois são equivalentes.
- b) o segmento "de pessoas" é exigência de um termo anterior.
- c) o segmento "um judeu polaco, jurista e que foi conselheiro" foi construído com simetria de estruturas.
- d) o segmento "de pessoas" é complemento de um nome.
- e) a preposição "por" em "pelos" traz sentido de "agente de uma ação".

07. O texto acima traz a definição de “genocídio” e menciona a origem da palavra e o sentido de suas partes componentes. Assinale a alternativa que traz a palavra associada a seu sentido correto.

- a) feminicídio: assassinato de meninas.
- b) parricídio: assassinato de autoridades religiosas.
- c) suicídio: assassinato das próprias ideias.
- d) fratricídio: assassinato de irmãos.
- e) matricídio: assassinato de lactantes.

08. Há conjuntos de palavras que podem ser consideradas sinônimas em alguns contextos; assim ocorre com “despedir”, “exonerar”, “demitir”, “mandar embora”, “dispensar”.

Assinale a opção que apresenta a frase cuja lacuna deve ser preenchida com o verbo “exonerar” em forma verbal adequada.

- a) O governo decidiu _____ alguns empregados públicos, por razões de eficiência.
- b) O novo presidente da empresa _____ vários funcionários.
- c) O Presidente recém-eleito pretende _____ alguns de seus ministros.
- d) O novo diretor da faculdade pode _____ professores reclamando de salários.
- e) A dona de casa _____ a empregada que batia em crianças.

09. Assinale a opção que apresenta a frase em que o vocábulo “maior” deveria ser trocado por outro mais adequado.

- a) Para maiores informações sobre cursos, entre em contato com o atendimento.
- b) Famílias com filhos precisam de apartamentos maiores.
- c) Os maiores prejuízos registrados ocorreram no setor automobilístico.
- d) Nunca foram vistas filas maiores naquela bilheteria.
- e) Caminhonetes maiores levam mais carga.

10. Nas opções a seguir, a primeira oração foi reescrita de modo a dar-se a ela um caráter genérico, com a utilização da partícula **se**.

Assinale a opção em que isso foi feito de forma gramaticalmente incorreta.

- a) Todos viram a gravidade do acidente. / Viu-se a gravidade do acidente.
- b) Os preguiçosos reclamam de tudo. / Reclama-se de tudo.
- c) Muitos defendem a eutanásia em tais casos. / Defende-se a eutanásia em tais casos.
- d) Algumas pessoas não respeitam os regulamentos. / Desrespeitam-se os regulamentos.
- e) Todos cometem os mesmos erros. / Comete-se os mesmos erros.

11. Quando procuramos evitar afirmações de certeza absoluta, empregamos expressões de possibilidade. Assinale a opção que, ao contrário, expressa certeza.

- a) O mundo deve tornar-se um deserto inabitável.
- b) É muito provável que o dólar caia.
- c) Sabe-se que o vitimismo é a pior de nossas falhas.
- d) O Chile, provavelmente, crescerá mais que o Brasil em 2019.
- e) Existe a possibilidade de nosso país tornar-se uma potência econômica.

12. A dança é uma das formas de comunicação mais antigas, existindo antes do homem começar a falar. Ao longo do tempo, essa forma de expressão e comunicação vem adquirindo funções diferentes, de acordo com cada cultura e com cada época.

Para atender aos rigores gramaticais da norma culta, é necessário fazer uma correção. Assinale a alternativa abaixo cujo alteração deixaria o texto rigorosamente correto.

- a) substituir “mais antigas” por “mais antiga”.
- b) substituir “essa forma” por “esta forma”.
- c) substituir “antes do homem” por “antes de o homem”
- d) substituir “cada cultura” por “toda cultura”
- e) substituir “Ao longo do” por “Com o decorrer do tempo”.

13. Observe a seguinte manchete:

“A partir de agora, a prática de homofobia, além de ter sido criminalizada, segundo entendimento jurisprudencial do STF (Supremo Tribunal Federal), pode gerar, também a não inscrição ou exclusão do advogado do quadro da Ordem de Advogados do Brasil.

Sobre os componentes da manchete, assinale a alternativa **correta**.

- a) O sujeito de “pode gerar” está oculto na oração.
- b) O sujeito de “pode gerar” é indeterminado.
- c) O advérbio “também” deveria estar entre vírgulas.
- d) O advérbio “agora” poderia estar entre vírgulas.
- e) O sujeito de “pode gerar” está explícito na oração.

14. Assinale a opção que indica a frase em que não ocorre a relação de causa e consequência.

- a) A despeito dos temporais, as ruas não amanheceram alagadas.
- b) Em virtude da idade avançada, o médico não conseguia mais conduzir cirurgias.
- c) Deixamos de ir à praia em função da neblina.
- d) As crises econômicas geram altos índices de desemprego.
- e) A ignorância resulta, muitas vezes, da preguiça de ler e buscar a verdade.

15. “Cada vez mais o smartphone substitui o computador pessoal doméstico, pois traz suas principais funções e outras vantagens: é pequeno e leve, podendo pois ser transportado para qualquer lugar sem inconvenientes”.

No texto acima, o corretor de texto do computador sublinhou os termos “podendo pois”.

Nesse caso, o erro apontado foi

- a) a ausência da conjunção “mas” antes de “podendo”.
- b) o emprego indevido de uma vírgula antes do gerúndio.
- c) o erro de posição de “pois”, que deveria vir antes de “podendo”.
- d) a falta de vírgulas antes e depois de “pois”.
- e) o erro no emprego do gerúndio “podendo”.

16. A palavra “sucuri” não leva acento em sua sílaba tônica.

Assinale a opção que apresenta outra palavra que não recebe acento pela mesma regra.

- a) Rua
- b) Farejado
- c) Biju
- d) Assembleia
- e) Vinhedo

17. O par em que a troca de posição dessas palavras NÃO deve ser feita por tratar-se de um adjetivo de relação é:

- a) projeção frequente;
- b) configuração incorreta;
- c) isolamento constante;
- d) cultura americana;
- e) conflitos graves.

18. A palavra “agrícola-ambiental” aparece grafada com hífen pela mesma razão do seguinte vocábulo abaixo:

- a) capitão-tenente
- b) quinta-feira;
- c) lítero-musical;
- d) infra-estrutura;
- e) mão-de-obra.

19. Há um erro de grafia ou acentuação, segundo as regras ortográficas vigentes, que é:

- a) microondas;
- b) super-romântico;
- c) agroindustrial;
- d) vítima;
- e) impossível.

20. Assinale a opção em que a frase mostra erro de concordância nas expressões percentuais:

- a) 3% do elenco não viajou para o jogo decisivo;
- b) 1% da população apresentam pós-doutorado;
- c) 1,8% da turma repetiu de ano;
- d) Apenas 5% dos entrevistados não gostaram da pesquisa;
- e) 46% dos estudantes comem no restaurante universitário.

21. Assinale a frase em que o emprego do acento grave indicativo da crase é optativo.

- a) Nova York ficou às escuras.
- b) Tentei escrever um livro à Machado de Assis.
- c) Dei um livro à Sofia.
- d) Cansava-se à proporção que caminhava.
- e) Obedeci às instruções do manual.

22. Assinale a alternativa em que houve uma troca de parônimos, gerando imperfeição na escritura da frase.

- a) O incidente entre dois caminhões deixou quatro pessoas feridas.
- b) Sua Iminência, o cardeal, rezou a missa pela manhã.
- c) A polícia invadiu a mansão, pois o mandado de prisão fora expedido.
- d) O motor do carro estava arriado.
- e) A Justiça deferiu a suspensão das atividades de sete empresas.

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

23. Acerca da escolha do Diretor do Foro, assinale a opção correta.

- a) Na Comarca de Fortaleza será exercida por um Desembargador indicado pela Presidência do Tribunal
- b) Nas comarcas de juízo múltiplo será observado rodízio anual entre os magistrados titulares em exercício, mediante prévia designação da Presidência do Tribunal.
- c) A Vice-Diretoria do Fórum da Comarca de Fortaleza será exercida por um Juiz de Direito com exercício na Comarca, indicado pela Corregedoria-Geral da Justiça
- d) As designações do Juiz Diretor e do Vice-Diretor da Comarca da Capital devem coincidir com o período do mandato do Presidente que os indicou, não sendo permitida a recondução para o biênio consecutivo.
- e) Incumbe ao Juiz de Direito investido em juízo de vara única, como titular ou interino, o desempenho das atribuições de Diretor do Fórum pelo prazo de um ano.

24. Acerca do Tribunal de Justiça, assinale a opção correta

- a) A alteração do número de membros do Tribunal de Justiça dependerá de proposta do Governador do Estado, que deverá ser remetida na forma de projeto de lei à Assembleia Legislativa para apreciação.
- b) O provimento do cargo de desembargador dar-se-á concurso de provas e títulos.
- c) O Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente, constituindo câmaras regionais, a fim de ampliar o acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.
- d) Ao Tribunal de Justiça é atribuído o tratamento de "egrégio Tribunal" e a seus membros o de "Ilustre", com o título de desembargadores, os quais conservarão, bem assim as honras correspondentes, mesmo após a aposentadoria.
- e) O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e seus membros têm jurisdição em todo o território nacional.

25. Acerca do funcionamento do Tribunal, assinale a opção correta

- a) O Órgão Especial é composto por 2/3 dos membros do Tribunal.
- b) A seção de direito público é composta por todos os membros das câmaras cíveis isoladas.
- c) Cada Câmara será composta por 4 (quatro) Desembargadores, sendo os julgamentos tomados pelo voto de 3 (três) deles.
- d) O Tribunal Pleno é constituído pela totalidade dos membros da Corte, sendo presidido pelo Presidente do Tribunal e, nos seus impedimentos, sucessivamente, pelo Vice-Presidente ou pelo Corregedor-Geral da Justiça.
- e) O Tribunal Pleno é composto pelo Presidente, Vice-Presidente, Corregedor-Geral e 43 Desembargadores.

26. Acerca da eleição para os membros da cúpula diretiva, assinale a opção incorreta

- a) A Reeleição ao mesmo cargo é vedada.
- b) É vedado concorrer a qualquer outro cargo de direção aquele que tiver exercido o de Presidente do Tribunal.
- c) Os Diretores dos Fóruns não podem concorrer à eleição para Corregedor-Geral da Justiça.
- d) Os Juízes de Direito de entrância inicial não votam nas eleições para os cargos da cúpula diretiva.
- e) Não sendo alcançada 2/3 dos votos, será realizado novo escrutínio.

27. Considerando o disposto na organização e divisão judiciária,

- a) O Tribunal de Justiça, por sua composição plenária, com a aprovação por 2/3 (dois terços) de seus membros, mediante resolução, poderá extinguir cargos vagos.

b) O Tribunal de Justiça, por sua composição plenária, com a aprovação por maioria absoluta de seus membros, mediante resolução, poderá fixar, alterar, agregar, remanejar, regionalizar e especializar a competência dos órgãos de primeira instância.

c) Compete às Turmas Recursais processar e julgar os recursos interpostos contra sentenças dos Juízes das Varas Cíveis.

d) É permitido ao Juiz de Paz exercer atividade político-partidária.

e) A Vara de Delitos de Organizações Criminosas terá titularidade coletiva e será composta por 3 magistrados, sendo um de cada entrância.

28. Considere

I - o Tribunal de Justiça;

II - as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, e da Fazenda Pública;

III - os Tribunais do Júri;

IV - a Auditoria Militar;

V - os Juízes de Direito;

VI - os Juízes de Direito Substitutos.

São Órgãos do Poder Judiciário do Estado do Ceará

a) Apenas I, II e III

b) Apenas IV, V e VI

c) Apenas II, IV e VI

d) Apenas I, III e V

e) Todas estão corretas

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

29. José, deficiente visual, ajuizou uma ação contra um comércio local para discutir a aquisição de produtos defeituosos. Para sua surpresa, o processo, que corria em autos eletrônicos, proporcionava a deficientes visuais adequada acessibilidade, contudo, havia cobrança de uma taxa judiciária em razão do amplo acesso ao serviço oferecido.

Com base nas informações dadas e na Resolução 230/2015, assinale a alternativa correta.

- a) A taxa judiciária cobrada em razão do amplo acesso oferecido pelo Tribunal é proibida pela Resolução CNJ 230/2015.
- b) O sistema ofertado pelo Tribunal em relação à informação dos atos decisórios está correto, visto que a Resolução CNJ 230/2015 garante apenas o acesso ao conteúdo decisório dos atos processuais de interesse da pessoa com deficiência.
- c) A taxa judiciária cobrada em razão do amplo acesso oferecido pelo Tribunal é permitida pela Resolução CNJ 230/2015, uma vez que cobre os custos oferecidos pelo serviço extraordinário oferecido para viabilizar a acessibilidade das pessoas com alguma deficiência.
- d) Se, na situação de José, tornar-se necessário algum serviço notarial, é possível que o Cartório exija em razão de sua condição, a presença de outras pessoas para lhe assistirem.
- e) Se, na situação de José, tornar-se necessário algum serviço registral, é possível que o Cartório exija em razão de sua condição, a presença de outras pessoas para lhe representar.

30. Paulo é governador do Distrito Federal. Durante sua candidatura, ele prometeu que faria diversas ações com vistas à supressão de barreiras, com intuito de viabilizar a inclusão da pessoa com deficiência. Após a posse, a primeira medida que tomou foi justamente viabilizar capacitação para servidores com intuito de eliminar barreiras atitudinais.

Assinale a opção que corresponda ao significado de barreiras atitudinais.

- a) São as barreiras existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.
- b) São as barreiras existentes nos edifícios públicos e privados.
- c) São as barreiras existentes nos sistemas e meios de transportes.
- d) É qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.
- e) São atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com

deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

31. Lindinalvo, promissor advogado que há nove anos exercia a profissão em renomado escritório de advocacia, foi escolhido pelo órgão de representação de classe para integrar a lista sêxtupla de indicações para compor o Tribunal de Justiça do Estado X, tendo em vista gozar de boa reputação no meio em que atua, além de possuir notáveis conhecimentos na área jurídica. Cumpridos todos os demais procedimentos previstos na Constituição Estadual, que exigia a escolha, pelo Governador, de um dentre os nomes constantes da lista tríple formada pelo respectivo tribunal, bem como a aprovação, pela maioria simples da Assembleia Legislativa do estado, da escolha feita pelo Poder Executivo, Lindinalvo foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado X.

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal e à luz da jurisprudência do STF, tal nomeação:

- a) É plenamente válida, uma vez que foram respeitados todos os requisitos impostos pela regra do quinto constitucional, descrito no art. 94 na CF/88, bem como as demais normas previstas na Constituição do Estado X.
- b) Seria válida, não fosse o descumprimento da exigência constitucional de aprovação, por maioria absoluta, da escolha de seu nome pela Assembleia Legislativa do Estado.
- c) Seria válida, não fosse o descumprimento da exigência de dez anos de efetivo exercício na função de advogado, bem como de aprovação, por maioria absoluta, da escolha de seu nome pela Assembleia Legislativa do Estado X.
- d) É inconstitucional, já que a Constituição Estadual não pode condicionar tal nomeação, pelo Poder Executivo, à aprovação da Assembleia Legislativa do respectivo estado.
- e) Seria válida, não fosse o descumprimento da exigência de dez anos de efetivo exercício na função de advogado, já que o estado, uma vez respeitadas as disposições da Constituição Federal, é livre para estabelecer requisitos próprios para a escolha e aprovação dos membros do Poder Judiciário estadual, em nome de sua capacidade de auto-organização.

32. Determinado Juiz de direito, após completar 2 anos de carreira, sofreu representação, perante o Conselho Nacional de Justiça, por ter cometido infração administrativa disciplinar, tendo sido requerida e acolhida, na ocasião, a demissão do magistrado, por decisão da maioria absoluta dos membros do referido órgão.

Considerando a competência do Conselho Nacional de Justiça, à luz da sistemática constitucional, a mencionada decisão:

- a) Está de acordo com o que estabelece a CF/88, que determina que tal sanção pode ser imposta quando houver interesse público e com fundamento em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
- b) Está de acordo com o que estabelece a CF/88, no que diz respeito ao conhecimento da representação, mas equivocada em relação à imposição da penalidade, uma vez que as decisões do CNJ se revestem de caráter unicamente administrativo, havendo a necessidade de representação ao Ministério Público para a imposição de sanções aos magistrados.
- c) Está em total desacordo com o que dispõe a CF/88, já que, por ter adquirido a vitaliciedade, o magistrado só poderia perder o cargo por decisão judicial de primeira ou segunda instância.
- d) Está em total desacordo com o que dispõe a CF/88, já que a penalidade de demissão só poderia ter sido aplicada, após adquirida a vitaliciedade, por deliberação do tribunal a que o juiz estivesse vinculado ou por sentença judicial transitada em julgado.
- e) Está em total desacordo com o que dispõe a CF/88, já que a penalidade administrativa mais grave que pode ser imposta aos magistrados, pelo CNJ, é a de aposentadoria compulsória.

33. Analisando-se o rol de direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, as lições doutrinárias e a construção jurisprudencial em torno do tema, é possível concluir que, no Brasil:

- a) De acordo com a teoria dos "limites dos limites", existe um núcleo essencial dos direitos fundamentais que deve ser preservado, mesmo diante da possibilidade de imposição de restrições a tais direitos. O dever de proteção a esse núcleo essencial veio explícito na Carta Magna, mais especificamente em seu art. 60 § 4º, no qual são elencadas as cláusulas pétreas.
- b) O direito à informação e ao pluralismo são considerados, por parte da doutrina, como de quarta geração. Estes, a despeito da expressão "geração de direitos", se acumulam com os das gerações anteriores, razão pela qual a expressão "dimensões de direitos" se mostra mais adequada.
- c) A eficácia vertical dos direitos fundamentais é a mais aceita no Brasil, já que pressupõe uma relação de superioridade tanto entre Estado e particulares, quanto entre particulares em situação de assimetria de forças, a exemplo das relações de trabalho.
- d) Os direitos fundamentais catalogados são aqueles dispostos ao longo do texto constitucional, ao passo que os não-catalogados se encontram dispersos em outras normas do ordenamento jurídico.
- e) Os princípios constitucionais expressos da inafastabilidade e do duplo grau de jurisdição compõem o sistema inglês adotado no nosso país, tendo por fim o

de garantir o pleno acesso ao judiciário e o de conferir maior segurança jurídica às decisões judiciais.

34. Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) O foro especial por prerrogativa de função, estabelecido na Constituição Federal, prevalece sobre a competência do tribunal do júri. O mesmo não acontece em relação ao Foro Especial exclusivamente definido na Constituição Estadual.
- b) A educação representa uma liberdade e, portanto, um direito individual.
- c) Um dos principais direitos sociais é o de propriedade, que será garantido desde que atendida sua função social.
- d) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, mediante fiança.
- e) Jamais haverá pena de morte.

35. Tército, empregado de empresa pública criada e mantida pelo Estado Y, após tomar conhecimento da composição remuneratória de cargos semelhantes em outras estatais, claramente mais vantajosa do que a sua por não se sujeitar ao teto constitucional que estabelece como limite o subsídio dos ministros do STF, decidiu solicitar explicações perante o setor de Recursos Humanos da empresa para a qual trabalha, alegando que a diferença entre o seu salário, financiado pelo governo do seu estado, e os dos demais empregados públicos era injusta, frente à similaridade de funções desempenhadas.

Em resposta, o setor de RH deve esclarecer que:

- a) Todas as entidades da Administração Pública, sejam elas de direito público ou privado, estão sujeitas aos limites remuneratórios constitucionalmente estabelecidos. Dessa forma, as referidas empresas estatais que serviram de comparação, ao exceder o teto geral, certamente encontram-se em situação de flagrante inconstitucionalidade.
- b) O limite imposto à remuneração dos empregados públicos da empresa para a qual Tército trabalha se justifica em face da ausência de parcelas indenizatórias na composição de sua remuneração, que é a única exceção admitida à regra de obediência ao teto constitucional.
- c) O limite imposto à remuneração dos empregados da empresa para a qual Tército trabalha se justifica em face da composição do capital das empresas públicas em geral, que é exclusivamente público e, por esse motivo, sujeita tais empresas às mesmas regras e padrões remuneratórios da administração direta.
- d) O limite imposto à remuneração dos empregados da empresa para a qual Tército trabalha se justifica em face da inexistência de disposição específica na Constituição do Estado Y, autorizando que o referido limite seja excedido.

e) O limite imposto à remuneração dos empregados públicos da empresa para a qual Tércio trabalha se justifica em face da manutenção das despesas com pessoal da entidade que, no caso, é feita com recursos próprios do estado que a criou.

36. Em relação à repartição de competências estabelecida na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

a) Aos municípios foi atribuída, constitucionalmente, competência legislativa concorrente, já que estão autorizados a suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber.

b) Na organização de distritos, o Município deve observar a legislação federal.

c) Compete privativamente à União legislar sobre energia, porém a exploração dos serviços e instalações de energia elétrica é matéria que se insere no âmbito da competência administrativa, atribuída a todos os entes federados, em razão do princípio da predominância do interesse.

d) Compete privativamente à União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial, tributário e do trabalho.

e) Legislar sobre seguridade social é competência privativa da União, porém legislar sobre previdência social insere-se no âmbito da competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal.

37. Alípio, cidadão muito atuante nas causas dos Direitos Humanos e na defesa dos mais necessitados, iniciou uma mobilização em prol da prestação de melhores serviços voltados para a população carente. Um de seus principais objetivos, que ele pretende apresentar ao governador do estado para que este proponha o respectivo projeto de lei, refere-se à reformulação do papel da Defensoria Pública Estadual, no sentido de ampliar o alcance da assistência prestada aos hipossuficientes.

O governador, considerando as ideias sugeridas por Alípio e analisando-as em conjunto com as demais necessidades e limitações impostas pela atual conjuntura, estaria autorizado a implementar as seguintes medidas, sem incorrer em ofensa às determinações da Constituição Federal:

a) O aperfeiçoamento no atendimento aos interesses da população carente, tanto judicial quanto extrajudicialmente, bem como o corte, por parte do governador, de despesas presentes na proposta orçamentária da defensoria, não previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

b) O aperfeiçoamento no atendimento aos interesses da população carente no âmbito judicial, já que as Defensorias Públicas, como Funções Essenciais à Justiça, não se prestam à atuação no campo extrajudicial. Já o corte de despesas orçamentárias jamais poderia ser efetuado, uma vez que a EC 74/2013 estendeu a autonomia administrativa e orçamentária também às defensorias estaduais.

c) A ampliação do papel das Defensorias Públicas, as quais passariam a estabelecer normas jurídicas voltadas especificamente para a promoção dos direitos humanos, atribuição que lhe foi expressamente conferida pela CF/88.

d) A ampliação do papel das Defensorias Públicas, as quais passariam a estabelecer políticas de proteção aos direitos individuais e coletivos, atribuição que lhe foi expressamente conferida pela CF/88.

e) A edição de Lei Complementar autorizando o provimento dos cargos de defensor por meio de processo seletivo simplificado, a fim de facilitar a prestação da assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados onde ela se mostra mais deficiente, concretizando, assim, importante princípio esculpido na Carta Magna.

38. Judith, de 22 anos, nasceu em Portugal e há 18 meses se mudou para o Brasil, país pelo qual se apaixonou e no qual passou a se envolver em causas humanitárias e a ganhar notoriedade e boa reputação. Após ter se estabelecido definitivamente no município de Passo Alegre, localizado no estado Beta, e adquirir a nacionalidade brasileira, o nome de Judith passou a ser recomendado no meio político como candidata em potencial a cargos eletivos, momento em que também começou a receber inúmeros convites para se filiar a diversos partidos.

Analisando a situação hipotética sob a ótica dos direitos políticos e de nacionalidade expressos na CF/88, Judith:

a) Nas próximas eleições para governador, poderá se candidatar ao cargo em qualquer estado da federação, desde que proceda à filiação partidária em tempo hábil.

b) Somente poderá se candidatar ao cargo de Presidente da República quando completar 35 anos de idade.

c) Nas próximas eleições municipais poderá se candidatar, exclusivamente, ao cargo de vereador, desde que proceda à filiação partidária em tempo hábil.

d) Nas próximas eleições não poderá se candidatar, em hipótese alguma, ao cargo de governador.

e) Nas próximas eleições municipais, caso proceda à filiação partidária em tempo hábil, poderá se candidatar ao cargo de prefeita de municípios localizados no território do estado Beta, somente.

39. Odair Bessias, Presidente da República, durante encontro familiar ocorrido na casa de parentes próximos, trava intensa discussão sobre futebol com um antigo desafeto, Alan. No calor da situação, Alan, após consumir uma boa quantidade de bebida alcoólica, resolve atacar Odair, tentando atingi-lo com um bastão de ferro. Odair, então, saca sua arma de fogo e, sem pestanejar, efetua disparos contra o agressor que, felizmente, teve somente o braço atingido.

Sobre as possíveis consequências que o acontecimento teria para sua imagem e para o exercício da presidência, é correto afirmar que, conforme o que estabelece a CF/88:

- a) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) O Presidente será processado criminalmente somente após o término do mandato.
- c) Se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal, o Presidente ficará suspenso de suas funções durante 180 dias.
- d) Devido à imunidade formal processual, o presidente não poderá ser responsabilizado.
- e) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal.

40. Em razão de suspeitas de desvios ocorridos em processo licitatório, foi instaurada uma CPI no âmbito da Assembleia Legislativa de determinado estado. Com o objetivo de apurar os fatos, foram adotadas as seguintes medidas: (I) a convocação do governador do estado, para depor; (II) a condução coercitiva de Desembargador do Tribunal de Justiça; (III) a condução coercitiva de servidor público estadual investigado; (IV) a condução coercitiva de servidor público estadual, na qualidade de testemunha; (V) a interceptação telefônica de servidor público estadual; (VI) a quebra de sigilo fiscal dos envolvidos.

À luz da jurisprudência do STF e da sistemática estabelecida na CF/88, pode-se dizer que, certamente, são admitidas as seguintes medidas:

- a) IV e VI.
- b) I, III e IV.
- c) IV, V e VI.
- d) II, III e VI.
- e) III, IV e VI.

DIREITO ADMINISTRATIVO

41. João revogou procedimento licitatório após o início da contratação. Insatisfeita com a medida, a empresa contratada impugnou a revogação, alegando que, diante da contratação, não caberia mais a revogação do procedimento administrativo. A alegação da empresa:

- a) não procede, uma vez que a competência para revogar se insere no poder discricionário da administração.
- b) não procede, pois a revogação de procedimento administrativo é cabível, independentemente da edição de novos atos.
- c) procede, uma vez que a contratação gera a preclusão do direito de revogar o procedimento licitatório.
- d) procede, pois não se admite revogação de procedimento licitatório, em qualquer hipótese, mas tão somente a sua anulação.
- e) não procede, pois não existe limites ao poder de revogar, desde que a conduta esteja fundamentada no interesse público.

42. A Administração Pública poderá exercer o controle sobre os seus próprios atos, desfazendo aqueles considerados inconvenientes e inoportunos ou os que sejam considerados ilegais. Para isso, a administração não dependerá de manifestação prévia do Poder Judiciário.

O princípio do direito administrativo e o atributo dos atos administrativos que explicam essas prerrogativas da Administração são, respectivamente:

- a) a legalidade e a presunção de legitimidade.
- b) a autotutela e a autoexecutoriedade.
- c) a moralidade e a discricionariedade.
- d) a eficiência e a imperatividade.
- e) a supremacia do interesse público e a tipicidade.

43. Se o governo estadual optar pela instituição de uma sociedade de economia mista, será certo que tal entidade:

- a) será criada por lei específica, ou seja, por uma lei cujo conteúdo disponha de forma direta e específica sobre a área de atuação da entidade;
- b) terá o foro competente para a solução de seus conflitos na Justiça Estadual, diferentemente das empresas públicas da mesma entidade política, cujo foro será na Justiça Federal;
- c) dependerá de autorização legislativa para a sua instituição, adquirindo personalidade jurídica a partir do registro do respectivo ato constitutivo;
- d) será constituída necessariamente como sociedade anônima, adquirindo personalidade jurídica com a publicação do estatuto na imprensa oficial.
- e) admitirá, na formação do seu capital, recursos oriundos de particulares, mas não poderá admitir que outras entidades administrativas adquiram parte do seu capital.

44. João é agente público e, no exercício de suas competências, realiza a fiscalização da comercialização de produtos controlados pelo Estado, podendo ainda aplicar multa aos responsáveis pelo descumprimento das determinações legais.

Na situação apresentada, conduta de João está fundamentada no exercício do poder

- a) de polícia, que possui como atributos, em regra, a discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade;
- b) regulamentar, que autoriza que a Administração edite normas concretas e complementares às leis;
- c) de polícia, de natureza estritamente vinculada, uma vez que trata da interferência nas liberdades individuais;
- d) disciplinar, permitindo a imposição de sanções aos particulares sujeitos a vínculo especial com o Estado;
- e) de polícia judiciária, uma vez que a imposição de multa extrapola a competência administrativa do Estado.

45. O Tribunal de Justiça do Ceará precisa realizar a contratação de empresa para fornecer material de escritório para as suas diversas unidades, sendo que não é possível identificar com precisão a quantidade necessária para suprir as demandas para todo o exercício financeiro. Mesmo assim, o setor de material estimou o valor da contratação em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Considerando que a legislação admite distintas hipóteses para efetuar a contratação, uma alternativa viável seria a adoção do sistema de registro de preços. Para isso, será possível:

- a) adotar a modalidade tomada de preços, em virtude do valor estimado da contratação.
- b) realizar a contratação por inexigibilidade, uma vez que, no registro de preços, não existe procedimento competitivo.
- c) utilizar a tomada de preços ou a concorrência, considerando o valor e as peculiaridades da modalidade de contratação.
- d) promover licitação pública, nas modalidades concorrência ou pregão, para firmar a ata pelo prazo máximo de um ano.
- e) dispensar o procedimento licitatório, pois o registro de preços enquadra-se nas hipóteses taxativas de contratação direta.

46. Ao término do exercício financeiro o Governador do Ceará apresentou as suas contas anuais à Assembleia Legislativa. Na sequência, o processo foi enviado ao Tribunal de Contas do Estado para:

- a) emissão de parecer prévio, não vinculante, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do seu recebimento;
- b) julgamento das contas, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento;
- c) instrução processual e certificação dos balanços, para posterior remessa à Assembleia Legislativa, que emitirá parecer a ser submetido ao Poder Judiciário para fins de julgamento;
- d) ser juntado aos processos dos demais administradores, sendo que o Tribunal emitirá parecer prévio sobre as contas prestadas pelo Governador e pelos presidentes da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça do Estado, no prazo de 60 (sessenta) dias.
- e) fins de conhecimento, uma vez que o Tribunal de Contas não possui competência para apreciar as contas do Governador.

47. João, aluno de uma escola pública, sofreu uma série de danos físicos e psicológicos em decorrência de um tiroteio que aconteceu no interior da sua escola. Nessa situação, a sua representante legal ingressou com ação de responsabilidade civil contra o Estado, pleiteando a reparação dos referidos danos. Nesse caso, a responsabilidade estatal será analisada com base na teoria da

- a) responsabilidade subjetiva, devendo o lesado comprovar a atuação dolosa ou culposa estatal para que surja o seu dever de indenizar os danos sofridos;
- b) responsabilidade objetiva, com base na teoria do risco administrativo, mesmo que o dano não decorra de uma atuação de qualquer agente, presumindo-se a omissão do Estado;
- c) responsabilidade objetiva, com base na teoria do risco integral, admitindo, contudo, a verificação da ocorrência das causas excludentes da responsabilidade civil da Administração;
- d) responsabilidade objetiva, devendo restar comprovada a conduta dolosa ou culposa dos agentes responsáveis pela segurança, para que possa ficar configurada ou não a participação estatal no resultado da ação;
- e) irresponsabilidade, já que, nesse caso, os danos decorreram de um evento imprevisível, imputável exclusivamente a um terceiro, não havendo nada que o Estado pudesse fazer para evitar o resultado.

48. Joana foi demitida há dois anos e ingressou com processo judicial para questionar a penalidade, já que, na época, foi demitida sumariamente, sem a possibilidade de exercer seu direito ao contraditório e à ampla defesa. Julgado o processo, a sentença invalidou a decisão administrativa, pois realmente as garantias constitucionais foram violadas. Com base nessa situação hipotética, caberá à Administração:

- a) reverter a demissão de Joana e ressarcir-la de todas as vantagens devidas no período em que ficou afastada indevidamente;
- b) reintegrar Joana, ressarcindo as vantagens devidas no período, mas desde que exista cargo vago;
- c) remover Joana para cargo de atribuições semelhantes ao anteriormente ocupado, com o ressarcimento de todas as vantagens;
- d) reintegrar Joana, ressarcindo as vantagens devidas no período, mesmo que seu cargo tenha sido extinto, situação em que a servidora ficará em disponibilidade, até o seu aproveitamento;
- e) reintegrar Joana, sendo indevido o ressarcimento de eventuais vantagens concedidas no período de afastamento, sob pena de enriquecimento ilícito da servidora.

49. A Lei do Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/99) estabelece direitos e deveres dos administrados perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados. Nessa linha, de acordo com a Lei, constituem direitos dos administrados:

- I – fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei;
- II – prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos

III – formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente;

IV - proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.

Estão corretas somente as afirmativas:

- a) I e II;
- b) II e III;
- c) III e IV;
- d) I e III;
- e) I, II, III e IV.

50. Objetivando descentralizar a prestação de serviço público de transporte estadual, o Estado, após regular procedimento licitatório, firmou contrato com empresa privada, que passou a ser a concessionária do referido serviço.

Ocorre que após curto período prestando o serviço de forma satisfatória, a empresa começou a passar por dificuldades financeiras, perdendo as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido.

Diante dessa situação, o Estado, como poder concedente, poderá:

- a) declarar a caducidade da concessão, em virtude da inexecução total ou parcial do contrato, desde que observadas as formalidades legais;
- b) encampar a concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa e independentemente do pagamento de indenização;
- c) reverter a concessão, com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido;
- d) rescindir imediatamente o contrato, desde que aberto o competente processo administrativo e dependendo de pedido da própria concessionária;
- e) declarar a caducidade da concessão, desde que o pedido seja feito judicialmente, ficando o poder concedente impossibilitado de aplicar qualquer sanção à concessionária.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

51. Pelo princípio _____, ainda que a formalidade para a prática de ato processual seja importante em termos de segurança jurídica, visto que garante à parte que a respeita a geração dos efeitos programados por lei, não é conveniente considerar o ato nulo somente porque praticado em desconformidade com a forma legal. O essencial é verificar se o desrespeito à forma legal para a prática do ato afastou-o de sua finalidade, além de verificar se o descompasso entre o ato como foi praticado e como deveria ser praticado segundo a forma legal causou algum prejuízo.

(NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. 9º ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2017. p. 200-201).

O princípio que referido é o

- a) Princípio da congruência.
- b) Princípio da instrumentalidade das formas.
- c) Princípio da boa-fé processual.
- d) Princípio do contraditório.
- e) Princípio da cooperação.

52. Ronan passou várias horas na fila do Banco X para ser atendido. Inconformado com o tratamento que recebeu no local, ingressou no Juizado Especial Cível com ação pedindo, unicamente, indenização por danos morais no valor de R\$1.000,00. Ocorre que, o juiz julgou procedente a demanda e além do valor dos danos morais, condenou o Banco também ao pagamento de R\$20.000,00 à título de danos sociais, a ser revertido em favor de instituição de caridade.

Questiona-se: a decisão do magistrado violou qual princípio?

- a) princípio da inércia ou da indelegabilidade.
- b) princípio da adstrição ou congruência e da persuasão racional.
- c) do livre convencimento e da eventualidade.
- d) princípio da adstrição e da Indelegabilidade.
- e) princípio da adstrição ou congruência.

53. Verônica e Paulo firmaram contrato de prestação de serviços de pintura no valor de R\$10.000,00. Após uma semana, fizeram mais um contrato, agora de prestação de serviços de marcenaria no quantum de R\$50.000,00. Passados 5 meses, Verônica ajuizou uma ação de indenização por danos materiais contra Paulo em razão do descumprimento dos dois contratos. O réu, em sua defesa pugnou pela invalidade parcial do contrato de marcenaria e, além disso, apresentou reconvenção, pugnando danos morais no valor de R\$5.000,00.

Considerando tal situação, assinale a alternativa correta.

- a) O valor da causa na reconvenção deve ser no valor de R\$55.000,00, pois se refere ao somatório do pleito de danos morais e da declaração de invalidade parcial do contrato de marcenaria.
- b) Na reconvenção não precisa dar valor à causa.
- c) Na ação principal, o valor da causa deverá considerar apenas o contrato de maior valor. Na reconvenção, o valor da causa será o mesmo da ação principal.
- d) Na ação principal, o valor da causa deverá considerar o valor de R\$ 60.000,00. Na reconvenção, o valor da causa necessariamente será o mesmo da ação principal.
- e) Na ação principal, o valor da causa será de R\$ 60.000,00. Na reconvenção, o réu terá liberdade para indicar o valor que desejar.

54. João e Paula são herdeiros de Carlos e discutiam judicialmente as disposições testamentárias do último, até que Paula alegou a nulidade do procedimento por ausência de intervenção obrigatória do Ministério Público.

Com base nesta situação, assinale a alternativa correta.

- a) João poderá alegar que inexistente obrigatoriedade de intervenção do Ministério Público, pois cabe ao parquet avaliar se há ou não interesse público/social que justifique sua intervenção.
- b) João deverá concordar com o pleito de nulidade, pois segundo disposição do CPC, o Ministério Público é obrigado a intervir nas causas concernentes às disposições de última vontade.
- c) João poderá afirmar que de fato o CPC obriga o Ministério Público a intervir nas causas concernentes às disposições de última vontade, mas a sanção legal a sua não participação é a anulabilidade do procedimento, e não a sua nulidade.
- d) Não há nulidade na situação narrada, pois o CPC só obriga a intervenção do Ministério Público nas ações em que haja interesse de incapaz ou participação da Fazenda Pública.
- e) Há nulidade na situação narrada, porque o CPC obriga a intervenção do Ministério Público nas ações concernentes ao estado da pessoa, pátrio poder, tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposições de última vontade.

55. Hellen contrata Juliana e Raquel para realizarem o design de seu apartamento. O contrato firmado entre as partes concedia o prazo de 60 dias para que o projeto fosse entregue a Hellen. Contudo, passado 120 dias, Juliana e Raquel não cumpriram o contrato e sequer devolveram o dinheiro para Hellen que, então decide processar Raquel, mas não indica Juliana no polo passivo da ação por ser sua amiga de infância.

Considerando a situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) Por se tratar de litisconsórcio necessário, o juiz deve determinar que seja requerida a citação de Juliana, sob pena de extinção do processo.
- b) É possível o ajuizamento da ação unicamente em face de Raquel, na medida em que se trata de litisconsórcio simples.
- c) Por se tratar de litisconsórcio facultativo, o juiz deve determinar que seja requerida a citação de Juliana, sob pena de extinção do processo.
- d) É possível o ajuizamento da ação unicamente em face de Raquel, na medida em que se trata de litisconsórcio facultativo.
- e) Por se tratar de litisconsórcio simples, o juiz deve determinar que seja requerida a citação de Juliana, sob pena de extinção do processo.

56. Gabriela firmou um contrato de mútuo com Bruno e ofereceu Ana como sua fiadora. Passado algum tempo, Gabriela não honrou o pagamento da dívida, de modo

que outra alternativa não restou a Bruno a não ser ajuizar uma ação buscando cobrar os valores restantes. Contudo, a ação foi endereçada a Ana, que citada, apresentou em sua defesa preliminar pedido de intervenção para obter a responsabilização de Gabriela.

Considerando a situação narrada, assinale a alternativa que apresenta corretamente a modalidade de intervenção de terceiro cabível na situação.

- a) Assistência.
- b) Denúnciação da lide.
- c) Chamamento ao processo.
- d) Desconsideração da personalidade jurídica.
- e) Amicus curiae.

57. Camila e Guilherme, após o casamento, contrataram Vanessa para fazer o projeto arquitetônico de sua casa. Vanessa não entrega o projeto no prazo e se nega a devolver os valores pagos. Camila, inconformada, ajuizou ação, mas em decorrência da amizade que mantém desistiu da demanda, o que foi homologado em juízo por sentença.

Após inúmeras tentativas de ter seu dinheiro de volta, Camila e Guilherme não obtiveram sucesso, razão pela qual decidiram ingressar, em litisconsórcio, com nova ação contra Vanessa.

Com base na situação narrada, assinale a opção correta.

- a) A nova demanda deve ser extinta sem resolução do mérito, por ferir a coisa julgada.
- b) A ação deve ser conhecida e submetida à livre distribuição, já que se trata de nova demanda com partes diversas da ação anterior.
- c) A nova demanda deve ser extinta sem resolução do mérito, em razão da perempção.
- d) A nova demanda deve ser extinta com resolução do mérito, por ferir a coisa julgada.
- e) A ação deve ser distribuída por dependência.

58. Paulo ajuizou ação em face de Pedro cumulando o pleito de danos materiais no valor de R\$5.000,00 e danos morais no valor de R\$2.000,00. Citado, Pedro impugnou o valor da causa, o que foi negado pelo juiz.

Considerando a situação narrada, assinale a opção correta.

- a) Se o valor da causa for de R\$7.000,00, a decisão do juiz de negar o pleito de impugnação do valor da causa foi acertada.
- b) Se o valor da causa for de R\$5.000,00, a decisão do juiz de negar o pleito de impugnação do valor da causa foi acertada.
- c) Se o valor da causa for de R\$7.000,00, a decisão do juiz de negar o pleito de impugnação do valor da causa foi incorreta.
- d) Se Pedro tiver impugnado o valor da causa na contestação, correta foi a decisão do magistrado, pois o meio correto de se impugnar o valor da causa é por exceção.

e) Se o valor da causa for de R\$5.000,00 e Pedro tiver a impugnado por exceção, incorreta foi a decisão do magistrado.

59. Sobre o processo de execução, assinale a alternativa correta.

a) A execução de título executivo judicial se dá em processo de execução.

b) Somente são insuscetíveis de penhora os instrumentos necessários ao exercício da profissão do executado que assim sejam reconhecidos por Portaria do Ministério do Trabalho.

c) É possível que a parte proponha simultaneamente ação de execução de título extrajudicial e ação de conhecimento relativa ao mesmo ato jurídico, desde que haja conexão entre as demandas.

d) É título executivo extrajudicial o contrato celebrado por instrumento particular, garantido por direito real de garantia, independentemente de ter sido assinado por duas testemunhas.

e) A alienação em fraude à execução é nula em relação ao exequente e a todos os demais credores do devedor.

60. Maria e João eram casados e residiam no Rio de Janeiro/RJ. Após a separação, João se mudou para São Paulo/SP. Maria então resolve ajuizar a ação de divórcio. Assinale a alternativa que indica o foro competente para esta ação.

a) O foro competente será o de São Paulo/SP, pois é onde reside o réu.

b) O foro competente será o do Rio de Janeiro/RJ, pois foi o último domicílio do casal que não possui filho incapaz.

c) Caso haja filho incapaz sob a guarda de João, o foro competente será o do Rio de Janeiro/RJ, pois foi o último domicílio do casal.

d) Mesmo que haja filho incapaz sob a guarda de Maria, o foro competente será o de São Paulo/SP, pois é onde reside o réu.

e) Se Maria se mudar para o Salvador/BA, este será o foro competente, uma vez que é onde reside a autora.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

61. A interpretação extensiva é método de interpretação por meio do qual o intérprete amplia o raio de aplicação da norma, por entender que a lei diz menos do que queria dizer. Na analogia, ou aplicação analógica, temos um método de integração da lei, ou seja, há lacuna normativa, de forma que se utiliza uma norma prevista para um caso semelhante. Por fim, os princípios gerais do direito são regras não escritas capazes de nortear o operador do Direito quando da ausência de direito positivado sobre a questão.

No processo penal, é correto afirmar que:

a) admite-se a analogia, a interpretação extensiva e o suplemento dos princípios gerais do Direito.

b) admite-se a analogia, a interpretação extensiva e o suplemento dos princípios gerais do Direito, desde que sejam benéficos ao acusado.

c) admite-se apenas a interpretação extensiva e o suplemento dos princípios gerais do Direito.

d) admite-se apenas o suplemento dos princípios gerais do Direito.

e) Não se admite a analogia, a interpretação extensiva nem o suplemento dos princípios gerais do Direito.

62. José foi indiciado em inquérito policial pela prática do crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo. Ao final das investigações, o Ministério Público conclui não haver elementos de convicção suficientes para ajuizar denúncia. Neste caso:

a) Caberá ao Ministério Público arquivar os autos do inquérito policial.

b) Caberá ao Ministério Público promover pelo arquivamento dos autos do inquérito policial, encaminhando a promoção ao Juiz, a quem caberá arquivar os autos do inquérito.

c) caberá à própria autoridade policial proceder ao arquivamento do inquérito policial.

d) O Juiz poderá determinar o arquivamento dos autos do inquérito ainda que não haja requerimento do Ministério Público ou da autoridade policial.

e) O arquivamento, nestas circunstâncias, impedirá a retomada futura das investigações.

63. Sobre o Inquérito policial, é INCORRETO afirmar que:

a) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

b) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

c) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.

d) Concluído o inquérito policial, a autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará autos ao Ministério Público.

e) O inquérito policial, como regra, deverá ser concluído no prazo de 10 dias, a contar da prisão, no caso de indiciado preso.

64. Maria foi vítima de um crime de ação penal privada, praticado por José. Maria, dentro do prazo decadencial, ajuizou a queixa-crime contra José, dando início ao processo. No decorrer da demanda, Maria faleceu, deixando apenas dois parentes próximos: sua filha Mariana e sua mãe Joana.

Neste caso, é correto afirmar que:

- a) Tanto Mariana quanto Joana podem prosseguir na ação penal ajuizada por Maria, sendo que Mariana está à frente na ordem de preferência.
- b) Tanto Mariana quanto Joana podem prosseguir na ação penal ajuizada por Maria, sendo que Joana está à frente na ordem de preferência.
- c) Somente Mariana poderá prosseguir na ação penal privada ajuizada por Maria.
- d) Somente Joana poderá prosseguir na ação penal privada ajuizada por Maria.
- e) A ação penal deverá ser extinta, necessariamente, em razão do óbito do querelante.

65. Paula foi vítima de um crime de ação penal pública condicionada à representação, em tese praticado por José, no dia 10.01.2019. No dia 15.04.2019, Paula descobriu que o autor do fato fora José. No dia 18.07.2019 Paula ofereceu, verbalmente, representação perante a autoridade policial, autorizando a persecução penal, tendo o Ministério Público oferecido a denúncia em 25.07.2019, que ainda não foi recebida pelo Juízo competente. Em 29.07.2019, Paula comparece ao Ministério Público para se retratar da representação anteriormente oferecida.

Atento ao caso narrado, é correto afirmar que:

- a) A representação foi oferecida após o prazo decadencial.
- b) A representação foi oferecida dentro do prazo decadencial, mas não obedeceu a forma prevista em lei.
- c) A representação foi oferecida dentro do prazo decadencial, mas perante autoridade que não tem atribuição para recebê-la.
- d) A representação foi válida, sendo cabível a retratação eis que não houve ainda o recebimento da denúncia.
- e) A representação foi válida, sendo incabível a retratação eis que já houve o oferecimento da denúncia.

66. Em determinado processo pela prática do crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo, o Juiz decreta a prisão preventiva de Maria, que tem um filho de 07 anos de idade, de Paulo, que possui 71 anos de idade, e de Pedro, que é portador de doença grave.

Neste caso, é correto afirmar que:

- a) O Juiz poderá substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar apenas no caso de Maria.
- b) O Juiz poderá substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar apenas de Maria e Paulo.
- c) O Juiz poderá substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar apenas de Maria e Pedro.
- d) O Juiz poderá substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar apenas de Pedro e Paulo.
- e) O Juiz poderá substituir a prisão preventiva pela prisão domiciliar nos três casos.

67. O quebraimento injustificado da fiança importa na perda de metade do seu valor, cabendo ao juiz decidir

sobre a imposição de outras medidas cautelares ou, se for o caso, a decretação da prisão preventiva.

Sobre o quebraimento da fiança, assinale a alternativa que **NÃO** apresenta uma hipótese legal de quebraimento da fiança:

- a) se o acusado, regularmente intimado para ato do processo, deixar de comparecer, sem motivo justo.
- b) se o acusado deliberadamente praticar ato de obstrução ao andamento do processo.
- c) se o acusado praticar nova infração penal dolosa ou culposa.
- d) se o acusado descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança.
- e) se o acusado resistir injustificadamente a ordem judicial.

68. Marcelo é indiciado em inquérito policial pela prática do crime de roubo simples; José é acusado em processo criminal pela prática do crime de roubo qualificado pela morte (latrocínio); Pedro é indiciado em inquérito policial pelo crime de furto qualificado pelo arrombamento.

No que tange à prisão temporária, prevista na Lei 7.960/89, é correto afirmar que:

- a) será cabível a decretação da prisão temporária apenas no caso de Marcelo.
- b) será cabível a decretação da prisão temporária apenas nos casos de Marcelo e José.
- c) será cabível a decretação da prisão temporária nos casos de Marcelo, José e Pedro.
- d) será cabível a decretação da prisão temporária apenas no caso de José.
- e) não será cabível a decretação da prisão temporária em nenhum dos três casos.

69. No que tange à prisão em flagrante, é correto afirmar que:

- a) nos crimes permanentes, há flagrância apenas quando do início da permanência.
- b) A falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante; mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.
- c) se a prisão for ilegal, caberá ao Juiz conceder liberdade provisória ao preso.
- d) Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, esta deverá ser comunicada à família do preso.
- e) No prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da realização da prisão, será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome e a qualificação completa do condutor e das testemunhas.

70. NÃO se considera em flagrante delito quem:

- a) está cometendo a infração penal.
- b) acaba de cometer a infração penal.
- c) é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
- d) é surpreendido no exato momento da prática dos atos preparatórios da infração penal.
- e) é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

QUESTÃO DISCURSIVA

Há poucas dúvidas sobre os riscos que a democracia corre hoje no país. Ao contrário do que estimam os mais otimistas, não temos instituições democráticas sólidas, nem isso seria possível em tão poucas décadas: a Constituição de 1988, que restaurou a democracia, é ainda uma jovem balzaquiana, acabou de fazer 30 anos.

Além disso, as pesquisas de opinião pública evidenciam o pequeno apreço que as pessoas devotam ao Congresso Nacional, ao Poder Judiciário e aos representantes políticos em geral, o que, aliás, não é uma especificidade brasileira — a democracia representativa está em crise em todo o mundo e balança sob ataques de tendências autoritárias.

Fonte: <https://oglobo.globo.com/opiniao/os-desafios-de-uma-democracia-em-risco-23675127>

Com base no texto acima, responda à seguinte questão: **por que a democracia está em risco no Brasil?**

Redija o texto em língua culta, observando especialmente a pertinência de seus argumentos com, no mínimo, 20 (vinte) linhas e no máximo, 30 (trinta) linhas.

Obs.: disponibilizamos um serviço de correção especificamente para este simulado, em conformidade com os critérios utilizados pela banca Cebraspe (Cespe).

Link para correção da sua discursiva:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorConcurso/discursivas-para-concursos/>

FOLHA DE RESPOSTA

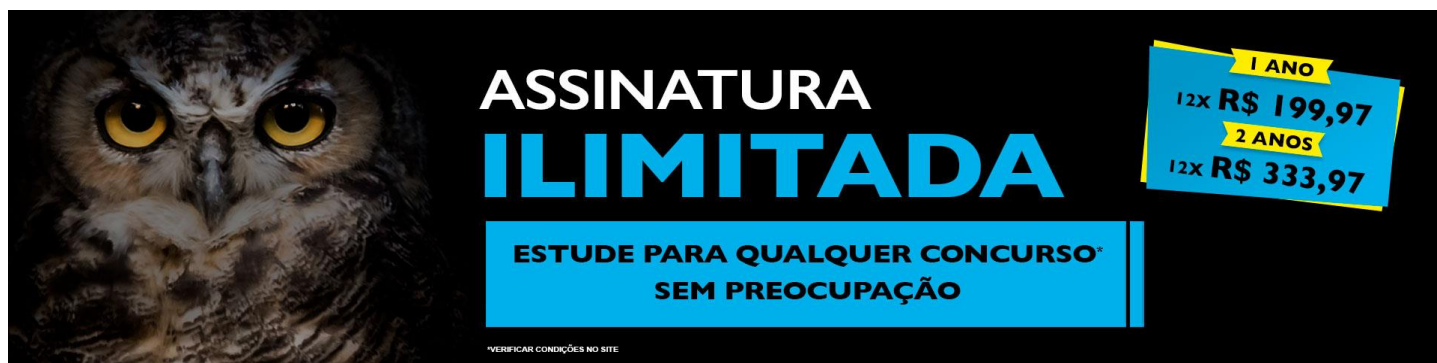
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-CE-Técnico-Judiciário-10-08>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE